



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização ou Companhia) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015.

Conjuntura Econômica

Os ativos financeiros brasileiros registraram menor volatilidade nos últimos três meses de 2018 quando comparados com o comportamento observado no trimestre imediatamente anterior, mas ainda assim com oscilações de amplitude significante tanto da taxa de câmbio quanto da bolsa de valores e da curva de juros. Na visão do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco ou Banco Santander), turbulências no quadro internacional e manutenção de elevado grau de incerteza local em relação à condução da política econômica do governo eleito motivaram essas oscilações nos mercados. Entretanto, os ativos financeiros brasileiros encerraram dezembro de 2018 em patamares mais favoráveis que os observados em setembro de 2018.

No cenário global, o Santander avalia que alguns fatores foram preponderantes para impedir um recuo da aversão ao risco em relação às economias emergentes - com exceção do Brasil, que apresentou melhora na esteira do fim do processo eleitoral. O Banco nota que, apesar de Estados Unidos e China terem chegado a um acordo verbal referente às suas relações comerciais, ainda é incerto se este acordo será efetivamente implementado. Desta forma, permaneceu presente o temor de que esse contencioso possa resultar em arrefecimento do crescimento econômico mundial. Além disso, na visão do Banco, ainda que os dados da economia americana tenham continuado bastante positivos, surgiram os primeiros sinais de que o ritmo de expansão poderia ter atingido seu pico e que, a partir de então, será possível testemunhar uma desaceleração econômica mais intensa na esteira dos efeitos defasados das altas de juros já implementadas. Aliás, o Santander nota que os agentes econômicos passaram a atribuir maior probabilidade ao cenário de implementação mais gradual ainda do ciclo de aperto monetário nos EUA ao longo de 2019. Se, por um lado, isto diminuiria a velocidade de redução do diferencial em relação às taxas de juros de outros países - e, por conseguinte, traria menor pressão de desvalorização de suas moedas, inclusive do Real - por outro lado, reforçaria o sinal de que a economia americana pode estar próxima de um quadro de desaquecimento mais intenso - algo ainda mais importante que o primeiro fator. O Banco entende que este último aspecto pareceu explicar parte do movimento de enfraquecimento do Dólar frente às demais moedas.

Para o Santander, ambos os fatores mantiveram as condições financeiras globais distante de seus melhores momentos e continuaram a pesar sobre o desempenho das economias emergentes. Na visão do Banco, essa pressão afetou menos intensamente os ativos da economia brasileira, já que seus fundamentos externos continuam sólidos (alto volume de reservas internacionais e investimentos estrangeiros, além de baixos déficits em conta corrente e nível de endividamento externo). Na análise do Santander, a combinação desses fatores explica parte da apreciação do Real observada ao longo dos últimos meses. O Banco Santander salienta que atribui um viés otimista em relação à percepção de risco do Brasil, tendo em vista a expectativa crescente sobre a realização dos ajustes fiscais necessários. Contudo, o Banco pondera que o ambiente internacional ainda deverá ser fonte de preocupação, com novos eventos importantes já programados e com potencial de adicionar nervosismo aos mercados, tais como a conclusão do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição presidencial na Argentina. Nesse contexto, o Santander acredita na possibilidade de que o ambiente internacional acabe se sobrepondo levemente ao quadro doméstico e provoque elevação branda do risco-país. Dessa forma, o Banco Santander projeta uma taxa de câmbio de 4,00 R\$/US\$ para o final de 2019.

Com relação à atividade econômica, o Santander viu ser confirmada sua percepção de que a deterioração do balanço de riscos na economia internacional e as incertezas em relação ao cenário local influenciariam negativamente as decisões de empresários e consumidores, o que levou à manutenção de ritmo bastante branda nos últimos três meses de 2018. Isto levou o Banco a revisar novamente sua projeção de crescimento da economia brasileira em 2018, de 1,5% para 1,3%.

Em que pese essa manutenção de expansão branda da economia brasileira nos últimos meses, a expectativa do Santander para o PIB em 2019 ainda é de crescimento por volta de 3,0% - houve mudança marginal frente à

projeção anterior de 3,2% - por conta dos sólidos fundamentos macroeconômicos ainda presentes e dos consistentes saltos registrados pelos indicadores de confiança dos consumidores e empresários nos últimos meses. O Banco reforça que a inflação permanece controlada (encerrou 2018 abaixo da meta e deverá repetir o feito em 2019), as contas externas estão equilibradas e há indícios crescentes de melhora no mercado de crédito. Por todos esses fatores, o Santander espera manutenção da taxa Selic em patamares baixos por bastante tempo, já que as expectativas de inflação seguem contidas e o nível de ociosidade da economia está bastante elevado. De fato, o Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente em 2020. A expectativa do Banco é de manutenção da Selic em 6,50% em 2019.

Essas projeções de crescimento, inflação e juros baixos do Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. Então, o Santander reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do governo eleito em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização, atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, um lucro líquido no valor de R\$128.082 (2017 - R\$107.235), patrimônio líquido de R\$319.474 (31/12/2017 - R\$219.433) e provisões técnicas de capitalização de R\$1.874.147 (31/12/2017 - R\$1.865.828).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Santander Capitalização. O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de março de 2018. Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas

A Santander Capitalização continuará expandindo seus negócios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitalização.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Capitalização na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A.

A Santander Capitalização informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, a Santander Capitalização confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Santander Capitalização.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas				Notas		
	Explicativas	31/12/2018	31/12/2017		Explicativas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante Disponível	4&21.c	22.525	1.233.197	Passivo Circulante		1.975.402	1.939.385
Caixa e Bancos		5.436	2.801	Contas a Pagar		72.293	54.108
Aplicações		16.421	1.229.145	Obrigações a Pagar		30.480	460
Títulos de Renda Fixa	5.a	16.421	372.932	Impostos e Encargos Sociais a Recolher		941	610
Cotas de Fundo de Investimento	5.a	-	856.213	Impostos e Contribuições	9	40.787	52.946
Títulos e Créditos a Receber		668	160	Outras Contas a Pagar		85	92
Títulos e Créditos a Receber	21.c	74	69	Débitos de Operações com Capitalização	11	28.555	18.984
Outros Créditos		594	91	Débitos Operacionais		28.555	18.984
Outros Valores e Bens		-	1.091	Depósitos de Terceiros	12	407	465
Outros Valores		-	1.091	Provisões Técnicas - Capitalização	13	1.874.147	1.865.828
Ativo não Circulante		2.290.970	1.067.009	Provisão para Resgates		1.859.500	1.847.779
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.156.521	932.507	Provisão para Sorteios		14.647	16.539
Aplicações		2.130.273	759.744	Outras Provisões		-	1.510
Títulos de Renda Fixa	5.a	2.130.273	759.420	Passivo não Circulante		18.619	141.388
Outras Aplicações	5.d	8.326	8.326	Contas a Pagar		15.871	12.754
(-) Redução ao Valor Recuperável	5.d	(8.326)	(8.002)	Tributos Diferidos	20.d	15.871	12.754
Títulos e Créditos a Receber		26.248	172.763	Outros Débitos		2.748	128.634
Créditos Tributários e Previdenciários	6&20.a	1.572	21.343	Provisões Judiciais	10.b	420	126.706
Depósitos Judiciais e Fiscais	7	24.676	151.420	Débitos Diversos		2.328	1.928
Investimentos		1.328	1.381	Patrimônio Líquido	14	319.474	219.433
Imóveis Destinados à Renda		1.328	1.368	Capital Social		140.900	140.900
Outros Investimentos		-	13	Reservas de Lucros		157.357	61.725
Outros Investimentos		1.077	1.085	Ajustes de Avaliação Patrimonial		21.217	16.808
(-) Redução ao Valor Recuperável		(1.077)	(1.072)				
Imobilizado		-	-				
Bens Móveis		3	3				
(-) Depreciação		(3)	(3)				
Intangível	8	133.121	133.121				
Outros Intangíveis		133.121	133.121				
Ágio de Incorporação		133.121	133.121				
Total do Ativo		2.313.495	2.300.206	Total do Passivo		2.313.495	2.300.206

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas		
	Explicativas	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização		477.655	430.863
Arrecadação com Títulos de Capitalização		1.578.805	1.396.378
Variação da Provisão para Resgate		(1.101.150)	(965.515)
Resultado com Sorteios		(82.510)	(92.256)
Custos de Aquisição		(40)	(31)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	15	(214.587)	(232.632)
Outras Receitas Operacionais		89.209	27.062
Outras Despesas Operacionais		(303.796)	(259.694)
Despesas Administrativas		(20.862)	(15.851)
Serviços de Terceiros		(643)	(666)
Localização e Funcionamento		(9.391)	(7.450)
Publicidade e Propaganda		(1.523)	(973)
Publicações		(121)	(145)
Donativos e Contribuições		(1.411)	(2.305)
Despesas Administrativas Diversas	16	(7.773)	(4.312)
Despesas com Tributos	17	(23.852)	(18.228)
Resultado Financeiro	18	81.835	110.807
Receitas Financeiras		177.330	216.228
Despesas Financeiras		(95.495)	(105.421)
Resultado Patrimonial	19	815	781
Receitas com Imóveis de Renda		855	832
Despesas com Imóveis Destinados à Renda		(40)	(51)
Resultado Operacional		218.454	183.453
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		(810)	1.270
Resultado antes dos Impostos		217.644	184.723
Imposto de Renda	20.f	(50.223)	(41.475)
Contribuição Social	20.f	(39.339)	(36.013)
Lucro Líquido do Exercício		128.082	107.235
Quantidade de Ações (Mil)	14.a	64.615	64.615
Lucro Líquido por Ação - R\$ (Mil)		1,98	1,66

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas		
	Explicativas	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Atividades Operacionais		128.082	107.235
Lucro Líquido do Exercício		20.004	(3.410)
Ajustes para:		19	40
Depreciação		40	51
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	10.c	5.179	7.771
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.e	19.591	(1.546)
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		12	(1.269)
Atualização de Depósitos Judiciais	18	(4.818)	(8.417)
Variação de Ativos e Passivos:		(145.451)	104.709
Aplicações		(150.098)	(4.405)
Títulos e Créditos a Receber		131.054	624
Outros Valores e Bens		1.091	-
Contas a Pagar		69.189	75.840
Débitos das Operações com Capitalização		9.571	82
Depósitos de Terceiros		(58)	(266)
Provisões Técnicas - Capitalização		8.319	100.669
Outros Débitos		(131.065)	1.928
Impostos Pagos		(83.454)	(69.763)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais		2.635	208.534
Atividades de Investimento		-	273
Alienação de Imóveis Destinados à Renda		-	273
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		-	273
Atividades de Financiamento		14.b	(209.842)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		-	(209.842)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		2.635	(1.035)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		4&21.c	2.801
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		4&21.c	5.436
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		4&21.c	2.801

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Lucro Líquido do Exercício		128.082	107.235
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas		4.409	11.285
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.c	7.706	19.543
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20.e	(3.297)	(8.258)
Resultado Abrangente do Exercício		132.491	118.520

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.223		
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		123.900	24.779					293.001
Aumento do Capital Social	14.a	17.000	-	(17.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	11.285	-	-	11.285
Dividendos	14.b	-	-	(110.088)	-	-	-	(110.088)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	107.235	-	107.235
Proposta para Distribuição do Resultado:								
Reserva Legal	14.c	-	3.401	-	-	-	(3.401)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	-	-	(66.000)	(66.000)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	21.834	-	-	(21.834)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		140.900	28.180	33.545	16.808			219.433
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	4.409	-	-	4.409
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	128.082	-	128.082
Proposta para Distribuição do Resultado:								
Dividendos	14.b	-	-	-	-	-	(18.850)	(18.850)
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(13.600)	(13.600)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c&23	-	-	95.632	-	-	(95.632)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		140.900	28.180	129.177	21.217			319.474

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização ou Companhia), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 21.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, 22º Andar - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Santander Capitalização atua em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, popular e incentivos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 26 de fevereiro de 2019.

a) Adoção de Novas Normas e Interpretações

A Santander Capitalização adotou o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15), que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.

O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços.

Após análise, foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018.

b) Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de Dezembro de 2018

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2018 e ainda não foram adotadas pela Santander Capitalização são:

1. CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Este novo pronunciamento ainda não foi referendado pela SUSEP. Adicionalmente, o pronunciamento concedeu para as entidades supervisionadas pela SUSEP uma isenção temporária para aplicação desta norma, visando implantar estas mudanças em conjunto com o novo pronunciamento sobre contratos de seguros "CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 17)" são:

1.a) Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão como as características dos fluxos de caixa contratuais. Com base no supracitado, um ativo financeiro será classificado como i) custo amortizado, ii) valor justo afetando o resultado ou iii) valor justo afetando o patrimônio líquido. O CPC 48 estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo afetando o resultado sob certas condições.

1.b) Modelo de Impairment por Risco de Crédito

A principal novidade em relação às regras atuais é que a nova norma contábil introduz o conceito de perda esperada frente ao modelo atual (CPC 38) com base na perda incorrida.

Perímetro de Aplicação

O modelo de *impairment* de ativos do CPC 48 aplica-se sobre os ativos financeiros classificados nas categorias mensurados a custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados a valor justo afetando de outros resultados abrangentes, além da contraprestação de arrendamento, bem como os riscos e compromissos contingente não mensurados ao justo valor e disponibilidade de linhas de crédito.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* será dividida em três categorias, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses da data do reporte.

- Estágio 2: se houver um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por *default* reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada, ou operações incluídas em um acordo especial.

- Estágio 3: um instrumento financeiro é registrado dentro desta fase, quando ele mostra sinais de deterioração eficazes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Metodologia de Estimação de Impairment

A mensuração da perda esperada se realiza por intermédio dos seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência (EAD): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte pode não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do CPC 48 serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em *default* durante os próximos 12 meses bem como a PD - *Lifetime*, que considera a probabilidade de que a operação entre em *default* entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem de

exposição que não deverá ser recuperada em caso de inadimplência. Depende, principalmente, da atualização das garantias associadas à operação, que são considerados mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro e os fluxos de caixa futuros esperados a ser recuperado. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação.

- Taxa de desconto: é a taxa que aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, iguala o valor presente líquido do instrumento financeiro ao seu valor contábil. Em geral, não se deve levar em conta ao calcular a taxa de desconto, as perdas esperadas por *default* quando da estimativa de fluxos de caixa futuros, exceto nos casos em que o ativo é considerado não recuperável, no qual a taxa de juros aplicada levará em consideração tais perdas e a taxa efetiva de juros é ajustada pelo risco de crédito.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, a Santander Capitalização tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros, tanto para fins do ambiente regulatório, bem como para a gestão interna.

Além de usar a informação atual e passada, a Santander Capitalização atualmente utiliza informações futuras sobre processos regulatórios e gestão interna, incorporando vários cenários. A este respeito, a Santander Capitalização reaproveitará sua experiência na gestão de informações futuras e manterá a consistência com as informações usadas em outros processos.

1.c) Contabilização de Hedge

O CPC 48 introduz novos requerimentos para a contabilização de *hedge*, cujo duplo objetivo é simplificar os requisitos atuais e alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de risco, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros que podem ser considerados como instrumentos de proteção.

No entanto, a Santander Capitalização não tem, atualmente, estruturas de *Hedge Accounting*.

2. CPC 06 (R2) - Contratos de Leasing (IFRS 16)

Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória pelo IASB a partir de 1 de janeiro de 2019, este CPC ainda está em processo de aprovação pela SUSEP.

Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de *leasing*, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3. CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

O CPC 11 visa substituir o CPC 4 e tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, afim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento ainda está em processo de aprovação da SUSEP.

c) Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
- Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-f;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis e ágio) são discutidos na Nota 3-i e j;
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos na Nota 3-i e j;
- Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos na Nota 3-k;
- Provisões técnicas de capitalização são discutidos na Nota 3-l; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-n.

As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, exceto com relação as receitas de capitalização conforme Nota 3.g.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos *pro rata* dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações financeiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes a "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Continua...



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• **Ativos financeiros para negociação** (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*.

• **Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivados da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

• **Ativos financeiros disponíveis para venda** são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

• **Investimentos mantidos até o vencimento:** os títulos e valores mobiliários, para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas. Os passivos financeiros da Santander Capitalização são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

• **Passivo financeiro ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Corresponde, basicamente, a dividendos e juros sobre capital próprio e provisões matemáticas para resgate - títulos de capitalização.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os "empréstimos e recebíveis" e "investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Capitalização ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Cotações Publicadas - Preço em Mercados Ativos (Nível 1)	Total	Cotações Publicadas - Preço em Mercados Ativos (Nível 1)	Técnicas de Valorização Dados Observáveis (Nível 2)
Ativos Financeiros				
Valor Justo por Meio do Resultado				
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	-	-	856.213	856.213
Disponíveis para Venda	2.146.694	2.146.694	1.045.392	86.960
Letras Financeiras - LF	-	-	-	86.960
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	734.177	734.177	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	968.079	968.079	718.330	718.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	444.438	444.438	327.062	327.062
Total	2.146.694	2.146.694	1.901.605	86.960

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis com uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 2.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros para os quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

Não houve reclassificações entre níveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Ativos Financeiros não Recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

• Ocasionalmente um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.

• Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio. Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

g) Receitas com Títulos de Capitalização

As receitas com títulos de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento

das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas monetárias ou cambiais, calculadas a índices ou taxas oficiais *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

h) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado e Imóveis Destinados à Renda

O imobilizado e os imóveis destinados à renda estão sendo apresentados pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

A depreciação do imobilizado e dos imóveis destinados à renda é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, móveis, máquinas, equipamentos de uso e sistemas de comunicação - 10% e sistemas de processamento de dados - 20%.

A Santander Capitalização avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas independentes.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo imobilizado, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a Santander Capitalização reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

j) Intangível

j.1) Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida é contabilizada de acordo com CPC 15, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A amortização desse ágio não é permitida, sendo testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade). O teste de recuperabilidade do ágio é realizado no final de cada exercício apresentado, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável, e o valor considerado como não recuperável é baixado e debitado à rubrica "perdas com outros ativos (líquidas) - outros ativos intangíveis" na demonstração do resultado. Uma perda do valor recuperável do ágio não é revertida em exercícios subsequentes.

k) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou complementadas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 10.g) e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Capitalização, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Capitalização.

l) Provisões Técnicas

Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título.

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Taxa e Carregamento dos Principais Títulos

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento Médio
15414.004261/2008-70	PM	11,17%
15414.900380/2015-84	PU	5,19%
15414.900403/2018-01	PM	9,97%

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de capitalização podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as empresas de capitalização, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 20.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

	31/12/2018			
	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil Total
Ativos Financeiros				
Disponíveis para Venda		2.109.607	37.087	2.146.694
Títulos Públicos		2.109.607	37.087	2.146.694
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438
Total		2.109.607	37.087	2.146.694
Circulante				16.421
Não Circulante				2.130.273

Continua...



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2017			31/12/2018		
	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total	
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado		856.213		856.213	43,1%	
Títulos Privados		856.213		856.213	43,1%	
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo		856.213		856.213	43,1%	
Disponíveis para Venda		1.102.971		1.132.352	56,9%	
Títulos Públicos		86.929		86.960	4,4%	
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	86.929		86.960	4,4%	
Títulos Públicos		1.016.042		1.045.392	52,5%	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8,35% a 12,56% a.a. PRE	695.414	22.916	718.330	36,1%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	9,00% a 11,84% a.a. PRE	320.628	6.434	327.062	16,4%	
Total		1.959.184		1.988.565	100,0%	
Circulante				1.229.145		
Não Circulante				759.420		

b) Composição por Prazo de Vencimento

	31/12/2018			
	Até 3 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros				
Disponíveis para Venda	16.421	1.672.989	457.284	2.146.694
Títulos Públicos	16.421	1.672.989	457.284	2.146.694
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.421	652.185	65.571	734.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	849.357	118.722	968.079
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	171.447	272.991	444.438
Total	16.421	1.672.989	457.284	2.146.694

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente e os títulos privados representados por Letras Financeiras - LF foram avaliados baseados em modelos que utilizam parâmetros de mercados observáveis.

Composição da Carteira de Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo ⁽¹⁾

	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo em	Aplicações Resgates	Resultado Financeiro (Nota 18)	Saldo em
Ativos Financeiros				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	786.214
Letras do Tesouro Nacional - LTN - O	-	-	-	70.018
Valores em Tesouraria	-	-	-	14
Contas a Pagar	-	-	-	(33)
Total				856.213

⁽¹⁾ O Fundo não possuía cotista e tampouco patrimônio, encontrando-se inativo desde o dia 8 de novembro de 2018, o Banco Santander que desempenha as funções de Administrador do Fundo, na forma de seu regulamento, resolveu extinguir o Fundo e proceder à baixa perante os órgãos públicos competentes.

c) Movimentação das Aplicações

	31/12/2017			31/12/2018		
	Saldo em	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro (Nota 18)	Saldo em	Aplicações
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado	856.213	373.174	(1.245.945)	16.558	-	-
Títulos Privados	856.213	373.174	(1.245.945)	16.558	-	-
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	856.213	373.174	(1.245.945)	16.558	-	-
Disponíveis para Venda	1.132.352	1.609.307	(758.554)	155.883	7.706	2.146.694
Títulos Privados	86.960	-	(87.611)	682	(31)	-
Letras Financeiras - LF	86.960	-	(87.611)	682	(31)	-
Títulos Públicos	1.045.392	1.609.307	(670.943)	155.201	7.737	2.146.694
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	816.449	(96.682)	14.385	25	734.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	718.330	688.236	(535.973)	101.725	(4.239)	968.079
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	327.062	104.622	(38.288)	39.091	11.951	444.438
Total	1.988.565	1.982.481	(2.004.499)	172.441	7.706	2.146.694

	31/12/2017			31/12/2018		
	Saldo em	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro (Nota 18)	Saldo em	Aplicações
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado	740.157	1.080.054	(1.033.047)	69.049	-	856.213
Títulos Privados	740.157	1.080.054	(1.033.047)	69.049	-	856.213
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	740.157	1.080.054	(1.033.047)	69.049	-	856.213
Disponíveis para Venda	1.224.784	431.168	(681.769)	138.626	19.543	1.132.352
Títulos Privados	228.974	-	(155.819)	14.104	(299)	86.960
Letras Financeiras - LF	228.974	-	(155.819)	14.104	(299)	86.960
Títulos Públicos	995.810	431.168	(525.950)	124.522	19.842	1.045.392
Letras do Tesouro Nacional - LTN	817.215	176.108	(385.910)	99.371	11.546	718.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	178.595	255.060	(140.040)	25.151	8.296	327.062
Total	1.964.941	1.511.222	(1.714.816)	207.675	19.543	1.988.565

d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas no realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$8.326 (31/12/2017 - R\$8.326), para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no valor de R\$8.326 (31/12/2017 - R\$8.002).

e) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de Renda Fixa Públicos	2.146.694	1.045.392
Títulos de Renda Fixa Privados	-	69.568
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	-	856.213
Total de Cobertura	2.146.694	1.971.173
Provisões Técnicas (Nota 13)	(1.874.147)	(1.865.828)
Depósitos de Terceiros (Nota 12)	-	(465)
Total de Excedente	272.547	104.880

Em 2018, para atendimento ao órgão regulador SUSEP, os saldos da conta depósito de terceiros, no que se refere às reservas técnicas foram reincorporadas as mesmas.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Santander Capitalização não possui saldos com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos Tributários (Nota 20.a)	1.572	21.343
Total - Ativo não Circulante	1.572	21.343

7. Depósitos Judiciais e Fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
Fiscais	24.649	151.385
Trabalhistas	19	35
Cíveis	8	-
Total - Ativo não Circulante	24.676	151.420

8. Intangível

Composto pelo ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. no valor líquido de R\$133.121 (31/12/2017 - R\$133.121), com vida útil - indefinida.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada através da produção de laudo interno, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

	31/12/2018	31/12/2017
Principais Premissas:		
Base para Determinação do Valor Recuperável		Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 Anos	5 Anos
Taxa de Crescimento	3,8%	4,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,8%	15,4%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

⁽²⁾ A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

9. Impostos e Contribuições

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda	18.552	26.185
Contribuição Social	20.241	25.368
PIS e COFINS	1.994	1.393
Total - Passivo Circulante	40.787	52.946

10. Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) **Ativos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	395	126.706
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	25	-
Total - Passivo não Circulante	420	126.706

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2018			01/01 a 31/12/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	126.706	-	-	118.935	-	-
Constituição Líquida de Reversão	5.136	25	18	7.771	-	-
Baixas por Pagamento	(1.491)	-	(18)	-	-	-
Outros ⁽¹⁾	(129.956)	-	-	-	-	-
Saldo Final	395	25	-	126.706	-	-
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	-	9	-	-	124.499	-

⁽¹⁾ Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e, conseqüentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, optamos pelo pagamento dos valores discutidos.

⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Companhia com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

O principal processo judicial e administrativo relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias é:

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$0 (31/12/2017 - R\$126.258): Mandado de Segurança visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As empresas de capitalização estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15% a partir de abril de 2008.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cível Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2018, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$1.980, e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

11. Débitos de Operações com Capitalização

Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander, que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais (Nota 21.c), registrados no passivo circulante.

12. Depósitos de Terceiros

Registram as pendências sistêmicas e tratamento de parcelas.

O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo distribuído:

	31/12/2018	31/12/2017
De 0 a 30 Dias	15	187
De 31 a 60 Dias	17	14
De 61 a 120 Dias	22	18
De 121 a 180 Dias	82	65
De 181 a 365 Dias	104	30
Superior a 365 Dias	167	151
Total - Passivo Circulante	407	465

13. Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2018			31/12/2017		
	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Outras Provisões Técnicas	Total		
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2017	1.847.779	16.539	1.510	1.865.828		
- Passivo Circulante	-	-	-	-		
Constituição	1.103.142	82.578	-	1.185.720		
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	88.603	11	-	88.614		
Baixas	(1.180.024)	(84.481)	(1.510)	(1.266.015)		
Saldo Final em 31 de Dezembro de 2018	1.859.500	16.447	-	1.875.947		
- Passivo Circulante	-	-	-	-		

|--|

Santander		Santander Capitalização S.A.	
		CNPJ nº 03.209.092/0001-02	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio em 2018 e 2017:			
			2018
	Valor	Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	Valor Bruto	Valor Líquido do IR
Dividendos Intermediários ⁽¹⁾	18.850	0,291728	-
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	13.600	0,210477	0,178906
Total	32.450		
			2017
	Valor	Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	Valor Bruto	Valor Líquido do IR
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	16.000	0,247621	0,210477
Dividendos Intermediários ⁽²⁾	50.000	0,773814	-
Dividendos Intercalares ⁽³⁾	66.000	1,021435	-
Dividendos Intermediários ⁽⁴⁾	60.088	0,929939	-
Total	192.088		
⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2018, foram destacados dividendos mínimos obrigatórios sobre o resultado do exercício de 2018 que serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2019.			
⁽²⁾ Deliberados pela Diretoria Executiva em 6 de dezembro de 2018, com base no resultado do período de janeiro a dezembro de 2018, o pagamento foi efetuado em 18 de janeiro de 2019 e foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício de 2018.			
⁽³⁾ Deliberados pela Diretoria Executiva em 23 de novembro de 2017, com base no resultado do período de janeiro a dezembro de 2017, o pagamento foi efetuado em 29 de novembro de 2017 e foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício de 2017.			
⁽⁴⁾ Deliberados pela Diretoria Executiva em 23 de novembro de 2017, com base na conta de reserva para equalização de dividendos, o pagamento foi efetuado em 29 de novembro de 2017 e foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício de 2017.			
⁽⁵⁾ Deliberados pela Diretoria Executiva em 23 de fevereiro de 2017, com base na conta de reserva para equalização de dividendo, o pagamento foi efetuado em 20 de abril de 2017.			
c) Reservas			
Reserva Legal			
Estatutariamente sobre a destinação do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.			
Reserva para Equalização de Dividendos			
Limitada a 100% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Caso seja atingido o referido limite caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas, e/ou sua destinação para o aumento do capital social e/ou sua retenção, visando sempre atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia, submetido pela Diretoria Executiva à aprovação de Assembleia Geral e por esta, se aplicável, revisto anualmente na hipótese em que tal orçamento tiver duração superior a um exercício social.			
O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na AGE de 29 de março de 2018 (Nota 23).			
d) Lucro por Ação			
O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.			
e) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA			
	31/12/2018	31/12/2017	
Patrimônio Líquido	319.474	219.433	
Exclusão:			
Ativo Intangível	133.121	133.121	
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que Excederem 15% do Capital Mínimo Requerido	-	13.884	
PLA (Ajustes Contábeis)	186.353	72.428	
Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos			
Superávit de Fluxos não Registrados para as Sociedades de Capitalização	13.914	3.763	
Superávit entre Provisões Exatas Constituídas e Fluxo Real de Sociedades de Capitalização	29.039	21.075	
PLA (Total) = PLA (Ajustes Contábeis) + Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos ⁽¹⁾	229.306	97.266	
f) Capital Mínimo Requerido (CMR)			
	31/12/2018	31/12/2017	
Capital Base	10.800	10.800	
Risco de Crédito	713	9.252	
Risco Operacional	5.272	4.116	
Risco de Subscrição	33.168	14.543	
Risco de Mercado	60.792	35.092	
Benefício da Correlação de Risco	(18.189)	(13.273)	
CMR	81.756	49.730	
PLA - Total	229.306	97.266	
Suficiência	147.550	47.536	
⁽¹⁾ O PLA (Total) foi calculado em conformidade a Resolução CNSP 321/2015 e atualizações posteriores.			
O capital mínimo requerido é o maior entre o capital base e o capital adicional, utilizado para a análise, conforme Resolução CNSP 321/2015 e atualizações posteriores.			
15. Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	
Receita com Resgates Antecipados de Títulos	21.847	21.261	
Receita com Prescrição de Exigibilidades ⁽¹⁾	67.362	5.720	
Débitos de Operações de Capitalização ⁽²⁾	(303.796)	(259.694)	
Outras	-	81	
Total	(214.587)	(232.632)	
⁽¹⁾ Refere-se ao reconhecimento da prescrição de títulos de capitalização, vencidos e não resgatados após decurso do prazo prescricional.			
⁽²⁾ Refere-se, principalmente, a pagamento de comissões sobre as vendas de títulos de capitalização.			
16. Despesas Administrativas - Diversas			
Refere-se a despesas com convênio operacional com o Banco Santander no valor de R\$7.314 (2017 - R\$4.259), despesas com multas de R\$404 (2017 - R\$53), despesas judiciais de ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$18 e R\$25 respectivamente (Nota 10.c) e despesas com custas judiciais no valor de R\$12.			
17. Despesas com Tributos			
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	
COFINS	19.400	14.740	
PIS	3.153	2.395	
Taxa de Fiscalização da SUSEP	1.278	1.079	
Outras	21	14	
Total	23.852	18.228	
18. Resultado Financeiro			
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	
Receitas Financeiras	177.330	216.228	
Títulos de Renda Fixa (Nota 5.c)	172.441	207.675	
Atualização de Depósitos Judiciais	4.818	8.417	
Outras	71	136	
Despesas Financeiras	(95.495)	(105.421)	
Provisões Técnicas (Nota 13)	(88.614)	(94.439)	
Impostos e Contribuições	(6.768)	(10.488)	
Outras	(113)	(494)	
Total	81.835	110.807	
19. Resultado Patrimonial			
Composto por rendas de aluguéis no valor de R\$855 (2017 - R\$832) (Nota 21.c) e despesas com depreciação de imóveis destinados à renda no valor de R\$40 (2017 - R\$51).			
20. Ativos e Passivos Fiscais			
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização
Provisão para Contingências Fiscais	19.648	1.480	(21.106)
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	10	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	183	-	(180)
Outras Provisões Temporárias	1.512	25	-
Saldo dos Créditos Tributários/Registrados	21.343	1.515	(21.286)
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização
Provisão para Contingências Fiscais	17.608	3.850	(1.810)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	1.176	-	(993)
Outras Provisões Temporárias	2.006	-	(494)
Saldo dos Créditos Tributários/Registrados	20.790	3.850	(3.297)
⁽¹⁾ Inclui o crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.			
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Santander Capitalização não possui créditos tributários não ativados.			
b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários			
	31/12/2018		
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL
Ano	Registrados		
2019	108	339	447
2020	2	275	277
2021	2	275	277
2022	1	273	274
2023	1	273	274
2024 a 2026	1	-	1
2027 a 2028	14	8	22
Total	129	1.443	1.572
Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.			
c) Valor Presente dos Créditos Tributários			
O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$1.398 (31/12/2017 - R\$17.806), calculados tendo em vista a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.			
d) Tributos Diferidos			
Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Saldo em 31/12/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	12.754	3.117	15.871
Total - Passivo não Circulante	12.754	3.117	15.871
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Saldo em 31/12/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	5.489	7.265	12.754
Total - Passivo não Circulante	5.489	7.265	12.754
⁽¹⁾ Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.			
Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos			
	31/12/2018		
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL
Ano	PIS/COFINS	Total	
2019	884	530	173
2020	884	530	173
2021	884	530	173
2022	884	531	172
2023	884	531	172
2024 a 2026	2.653	1.592	517
2027 a 2028	1.768	1.061	345
Total	8.841	5.305	1.725
e) Impostos Diferidos			
Os dados dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos são:			
	31/12/2018	31/12/2017	
Créditos Tributários	1.572	21.343	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	3	183
Diferenças Temporárias	1.569	21.160	
Passivos Fiscais	15.871	12.754	
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	15.871	12.754
As movimentações dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos nos últimos dois anos foram:			
	Saldo em 31/12/2017	Ajuste ao Resultado	Ajuste no Patrimônio Líquido
Créditos Tributários Diferidos	21.343	(19.591)	(180)
Passivos Fiscais Diferidos	12.754	-	3.117
Total	8.589	(19.591)	(3.297)
	Saldo em 31/12/2016	Ajuste ao Resultado	Ajuste no Patrimônio Líquido
Créditos Tributários Diferidos	20.790	1.546	(993)
Passivos Fiscais Diferidos	5.489	-	7.265
Total	15.301	1.546	(8.258)
f) Imposto de Renda e Contribuição Social			
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	
Resultado antes dos Impostos	217.644	184.723	
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14.b)	(13.600)	(16.000)	
Resultado antes dos Impostos	204.044	168.723	
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽¹⁾	(91.820)	(75.925)	
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(2.116)	(1.075)	
Ajustes CSLL 5%	2.437	(1.791)	
Demais Ajustes	1.937	1.303	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(89.562)	(77.488)	
⁽¹⁾ Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.n).			
g) Cálculo Efetivo das Alíquotas no Patrimônio Líquido			
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017	
Resultado antes dos Impostos	217.644	184.723	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(89.562)	(77.488)	
Alíquota Efetiva	41,2%	41,9%	
h) Imposto Reconhecido no Patrimônio Líquido			
Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado, a Santander Capitalização possui os seguintes valores no patrimônio líquido:			
	31/12/2018	31/12/2017	
Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	3	183	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	3	183
Débitos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	(15.871)	(12.754)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(15.871)	(12.754)	
Total	(15.868)	(12.571)	
21. Partes Relacionadas			
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração			
Na AGO da Santander Capitalização, realizada em 29 de março de 2018, foi aprovada a fixação no montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2018 no valor máximo de R\$10.			
A Santander Capitalização é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador direto da Sancap e indireto da Santander Capitalização.			
A Santander Capitalização não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.			
Em 2018 e 2017, não foram registrados despesas com honorários para a Diretoria Executiva.			
b) Participação Acionária			
A Santander Capitalização é controlada pela Sancap, a qual possui participação acionária direta de 64.614.988 ações ordinárias, equivalentes a 99,999998% do capital social e, indiretamente pelo Banco Santander (através da Sancap), que possui participação acionária direta de 1 ação ordinária, equivalentes a 0,000002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.			
c) Transações com Partes Relacionadas			
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.			

Continua...



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Disponível	5.436	2.801
Banco Santander ⁽²⁾	5.436	2.801
Títulos e Créditos a Receber	74	69
Banco Santander ⁽²⁾	74	69
Débitos de Operações com Capitalização (Nota 11)	(28.485)	(18.914)
Banco Santander ⁽²⁾	(28.485)	(18.914)
Contas a Pagar	(30.410)	-
Sancap ⁽¹⁾	(30.410)	-
Provisões Técnicas de Capitalização	(17.480)	(16.102)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	(16.924)	(16.102)
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ⁽³⁾	(556)	-
	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Resultado		
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	23.944	18.636
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	20.712	18.876
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁴⁾	3.232	(240)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(297.050)	(252.123)
Banco Santander ⁽²⁾	(297.050)	(252.123)
Despesas Administrativas	(7.314)	(11.705)
Banco Santander ⁽²⁾	(7.314)	(11.705)
Resultado Patrimonial (Nota 19)	855	832
Banco Santander ⁽²⁾	855	832
Donativos e Contribuições	(750)	(1.594)
Santander Cultural	(750)	(1.594)

⁽¹⁾ Controladora (Nota 21.b).

⁽²⁾ O Banco Santander é o controlador indireto da Santander Capitalização através da Sancap (Nota 21.b).

⁽³⁾ Controlada indireta pelo Banco Santander.

⁽⁴⁾ O Banco Santander Espanha exerce influência significativa, detém o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida, mas não controla nem detém controle conjunto da mesma.

22. Gerenciamento de Riscos

Gestão do Risco

A gestão de risco da Santander Capitalização tem como objetivo a proteção do seu capital e dos recursos de seus clientes, zelando pela liquidez, solvência e rentabilidade do negócio. São analisados entre outros os seguintes riscos:

Gestão do Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a potencial deterioração da qualidade creditícia de uma contraparte em relação às suas obrigações financeiras pactuadas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações da Santander Capitalização no ato da alocação dos recursos de seus beneficiários.

A Santander Capitalização conta com metodologia própria de aferimento de *rating* dos títulos, sendo atualizado periodicamente e com constante monitoramento da carteira.

A carteira é composta por títulos de renda fixa exclusivamente por títulos públicos.

Controle e Gestão do Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos.

A gestão do controle do risco operacional estão suportados pelo modelo de linhas de defesa, onde papéis e responsabilidades são atribuídos a todas as camadas da organização para o tema de riscos operacionais.

A área de Controle do Risco Operacional atua como 2ª linha de defesa, definindo políticas, metodologia e ferramentas para a gestão do risco operacional, além de promover o desafio à 1ª linha de defesa (demais áreas).

O modelo permite um contínuo aprimoramento na gestão e controle dos riscos operacionais, na prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, na identificação de planos de ação e na manutenção da continuidade dos negócios, convergindo ao fortalecimento do ambiente de controles internos.

Gestão do Risco de Reputação

Risco Reputacional é o risco de dano ao modo como a Santander Capitalização é vista pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a Instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

- Gestão de riscos desde a sua geração;
- Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa contam com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Gestão do Risco de Compliance

Risco de *Compliance* é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma Instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas do mercado em que atua. O gerenciamento de risco de *Compliance* tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis.

Gestão do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que uma Instituição honre seus compromissos financeiros em razão do descasamento de recebimentos e pagamentos.

No caso da Santander Capitalização esse risco pode ser traduzido em não honrar os resgates, vencimentos e pagamentos de prêmios aos detentores dos títulos de capitalização em decorrência de dificuldades de negociar os ativos da carteira no mercado. Essa situação pode ocorrer em virtude da indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações ou por condições de mercado que reduzam a negociação dos ativos que compõem a carteira.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

A política de investimento da Santander Capitalização coloca a liquidez como o principal critério de escolha dos ativos para composição da carteira de investimentos mantendo o nível de liquidez em patamares conservadores.

Para avaliação do fluxo de caixa das obrigações da Companhia é utilizado análise atuarial baseada no comportamento histórico dos pagamentos de sorteio e resgates antecipados dos títulos de capitalização.

Gestão do Balanço (Ativos e Passivos)

O processo de gestão de ativos e passivos (ALM) da Santander Capitalização analisa seus fluxos de caixa e seus respectivos riscos. Sendo responsável por administrar as exposições, as decisões sobre seus ativos são tomadas de forma coordenada com seus passivos. Este é um processo contínuo de formulação, monitoramento e revisão de estratégias que são aprovadas nos Comitês de Investimento, respeitando os órgãos reguladores e os limites estabelecidos.

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma Instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.

A política de gestão de risco da Santander Capitalização visa alocar recursos em ativos financeiros que permitam proteger os resultados da empresa sempre observando as exigências de liquidez. A estrutura de limites é definida pela área de controle de riscos e aprovada em comitê observando a governança estabelecida.

A mensuração do risco de mercado é realizada com base nas sensibilidades NIM e MVE definidas a seguir:

- NIM (Net Interest Margin):** avalia o impacto na margem financeira da Companhia, no horizonte de um ano, para uma variação paralela de 1% na curva de juros. A margem financeira é definida pela diferença entre a remuneração dos ativos e a remuneração dos passivos.
- MVE (Market Value of Equity):** avalia a variação absoluta do valor de mercado dos fluxos de caixa de um título ou de uma carteira para uma variação paralela de 1% na curva de juros.

A política de investimentos da Santander Capitalização tem como objetivo manter estáveis os resultados ao longo do tempo e proteger o valor de mercado da Companhia mantendo as sensibilidades NIM e MVE próximas de zero.

O quadro resumo abaixo sintetiza os valores de sensibilidade ao valor patrimonial das operações estruturais da Santander Capitalização para cada um dos cenários abaixo da carteira no dia 31 de dezembro de 2018:

Carteira Banking				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições Sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(2.631)	(47.710)	(92.622)
Taxa Referencial	Exposições Sujeitas à Variação de Cupom de Taxa Referencial - TR	(2.449)	(61.582)	(128.143)
Total ⁽¹⁾		(5.080)	(109.292)	(220.765)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a Norma Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente nossas posições:

Cenário 1: Choque de +10bps e -10bps em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e as políticas internas do Conglomerado Santander. O objetivo é manter uma estrutura de capital que suporte os objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são realizadas e baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos. Estas estimativas são utilizadas pela Santander Capitalização como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

23. Evento Subsequente

Conforme deliberado na Reunião da Diretoria Executiva realizada em 26 de fevereiro de 2019, o excedente das reservas constituídas em 31 de dezembro de 2018, correspondente a R\$16.500, será destinado ao pagamento de dividendos.

24. Outras Informações

Conforme deliberado na AGE realizada em 7 de julho de 2008, a Companhia adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na Instituição Líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR SUPERINTENDENTE
Luciano Felipe de Carvalho Benício

DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

CONTADOR

Leonardo Santicioli - CRC 1 SP-265213/O-3

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amancio Acúrcio Gouveia

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Santander Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Santander Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Santander Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP referentes às Provisões dos Títulos de Capitalização, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

São Paulo - SP - Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira

MIBA 729

Continua...



Santander Capitalização S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José de Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4

General Shopping e Outlets do Brasil S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 08.764.621/0001-53 – NIRE 35.300.340.833

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de janeiro de 2019

1. Data, Hora e Local: Ao dia 17 do mês de janeiro de 2019, às 16h, na sede social da General Shopping e Outlets do Brasil S.A., localizada na Avenida Angélica, 2.466, 24º andar, conjunto 241, Consolação, CEP 01228-200, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Convocação enviada aos membros do Conselho de Administração, em 10 de janeiro de 2019, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. Mesa: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Alessandro Poli Veronezi, que convidou o Sr. Ricardo Castro da Silva para secretariá-lo.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação da 1ª (primeira) emissão de debêntures perpétuas, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Debêntures Perpétuas", "Emissão" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente); e (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a celebração da escritura de emissão (e eventuais aditamentos) e contratação de prestadores de serviços, conforme aplicável, bem como a ratificação de todos os atos já praticados para tanto.

5. Deliberações: Instalada a Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a lavratura da ata na forma de sumário, e passando-se ao exame das deliberações constantes da Ordem do Dia, os conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

5.1. Aprovar, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 19, alínea "I" do Estatuto Social da Companhia, a Emissão, com os termos e condições a serem previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Perpétuas, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, Sem Garantias, para Colocação Privada" ("Escritura"). Os principais termos e condições da Emissão estão descritos abaixo: (a) **Quantidade de Debêntures e Valor Nominal Unitário:** Serão, no total, emitidas 67.512.149 (sessenta e sete milhões, quinhentas e doze mil, cento e quarenta e nove) Debêntures perpétuas, com valor nominal de R\$ 9,2089 (nove reais, dois mil e oitenta e nove centavos) cada uma ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão (conforme abaixo definido); (b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de até R\$ 621.716.835,00 (seiscentos e vinte e um milhões, setecentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e cinco reais), na Data de Emissão; (c) **Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures Perpétuas será o dia 13 de fevereiro de 2019; (d) **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures Perpétuas serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, e serão emitidas sob a forma nominativa, sem emissão de cautelas e certificados; (e) **Espécie:** As Debêntures Perpétuas serão da espécie subordinada, no caso de liquidação da Companhia, as Debêntures serão subordinadas a todos os credores da Companhia; (f) **Subscrição das Debêntures Perpétuas:** Cada acionista da Companhia poderá subscrever Debêntures Perpétuas em número equivalente, no máximo, ao total de ações da Companhia de sua respectiva titularidade, conforme base acionária apurada no encerramento do pregão do dia 8 de fevereiro de 2019; (g) **Integralização das Debêntures Perpétuas:** As Debêntures Perpétuas serão integralizadas no ato da subscrição, mediante conversão dos créditos que os debenturistas detiverem em face da Emissora, a título de recebimento de dividendos; (h) **Cancelamento das Debêntures Perpétuas não inscritas:** As Debêntures que não forem inscritas serão canceladas, devendo as Partes celebrar o competente aditamento desta Escritura e proceder o averbamento na JUCESP; (i) **Titularidade:** A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido na Escritura). Adicionalmente será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão Segmento CETIP UTMV ("B3") em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3. (j) **Prazo:** As Debêntures Perpétuas terão prazo indeterminado, vencível somente na hipótese de liquidação da Companhia, observadas as

hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura. (k) **Atualização monetária do Valor Nominal Unitário:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures Perpétuas não será atualizado monetariamente; (l) **Remuneração das Debêntures:** A remuneração das Debêntures Perpétuas consistirá, exclusivamente, em participação nos lucros da Companhia, nos termos do artigo 56 da Lei das Sociedades por Ações, equivalente (i) à proporção representada pelas Debêntures Perpétuas na estrutura de capital da Companhia (considerando para tanto somente as Debêntures Perpétuas integralizadas e o capital social integralizado da Companhia na data de pagamento da respectiva remuneração) multiplicada (ii) pelo lucro líquido, antes da dedução das despesas financeiras representativas do pagamento da remuneração das Debêntures, auferido pela Companhia no exercício social encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano, nos termos do artigo 187, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações ("Remuneração"); (m) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** Sujeito ao atendimento das condições estabelecidas na Escritura, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos debenturistas, a qualquer tempo realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures Perpétuas com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis contados da data prevista para realização do referido resgate, mediante comunicação aos debenturistas e ao Agente Fiduciário. A data efetiva do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser comunicada à B3, ao Liquidante e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da sua realização; (n) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures Perpétuas serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures Perpétuas custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures Perpétuas que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. (o) **Vencimento Antecipado:** Os debenturistas reunidos em assembleia geral convocada pelo agente fiduciário poderão declarar antecipadamente vencidas as Debêntures Perpétuas bem como todas as obrigações previstas na Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal das Debêntures Perpétuas e da Remuneração, apurada até a data de declaração do vencimento antecipado, na ocorrência das hipóteses previstas na Escritura; (p) **Destinação dos Recursos:** A Emissão tem como objetivo quitar a parcela *in natura* da distribuição de dividendos devida pela Companhia, em 22 de fevereiro de 2019, por meio de dação das Debêntures Perpétuas em pagamento, aos acionistas da Companhia que optarem por receber desta forma a parcela *in natura* dos dividendos a que fazem jus; (q) **Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures Perpétuas serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures Perpétuas custodiadas eletronicamente na B3. (r) **Demais condições:** As demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão serão detalhadas e regulamentadas na Escritura.

5.2. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a celebração da Escritura (incluindo eventuais aditamentos) e a contratação dos prestadores de serviços que se façam necessários à Emissão, conforme aplicável, bem como a ratificação de todos os atos já praticados para tanto.

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros fisicamente presentes. Mesa: Alessandro Poli Veronezi - Presidente; Ricardo Castro da Silva - Secretário. Conselheiros Fisicamente Presentes: Alessandro Poli Veronezi, Victor Poli Veronezi, Antonio Dias Neto, Edgard Antonio Pereira, Augusto Marques da Cruz Filho e Ricardo Castro da Silva. **Confere com o original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 17 de janeiro de 2019. Mesa: Alessandro Poli Veronezi - Presidente; Ricardo Castro da Silva - Secretário. JUCESP sob nº 83.809/19-3, em 13/02/2019. (a) Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Campinas Matão Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 09.309.902/0001-89 - NIRE 35.221.899.757

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Quotistas

Data, Hora e Local: Em 28/12/2018, às 08h30min, na sede da empresa em Barretos (SP). **Presença:** A totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada, conforme faculta o artigo 1072, § 2º do Código Civil. **Mesa:** Presidente: Mauro Rocha Bastazin e Secretária: Sylvania Gemha Bianco de Azevedo. **Ordem do Dia/Deliberação:** Com fundamento no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, as sócias quotistas deliberaram, por unanimidade, reduzir o capital social da Sociedade em R\$ 870.000,00, passando o mesmo dos atuais R\$ 880.000,00 para R\$ 10.000,00, com o cancelamento de 870.000, quotas, correspondentes ao valor do capital social reduzido. A redução do capital social será feita, com a expressa anuência da sócia **HM Participações e Representações Ltda.**, mediante a restituição do valor de R\$ 870.000,00, à sócia **HM Engenharia e Construções S.A.**, correspondente ao valor das 870.000 quotas de sua titularidade, inscritas, integralizadas e ora canceladas. Tendo em vista a deliberação tomada acima, o "caput" da **Cláusula 5ª** e seus **itens (i) e (ii)**, do Contrato Social da Sociedade, passam a vigorar com as seguintes novas redações, permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais: "**Cláusula 5ª** - O capital da Sociedade é de atuais R\$ 10.000,00, dividido em 10.000 quotas, inscritas e totalmente integralizadas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: (i) **HM Engenharia e Construções S.A.** possui 9.999 quotas, no valor total de R\$ 9.999,00; e (ii) **HM Participações e Representações Ltda.** possui 01 quota no valor de R\$ 1,00." Nada mais. Barretos (SP), 28/12/2018. **Mesa Dirigente: Mauro Rocha Bastazin** - Presidente; **Sylvania Gemha Bianco de Azevedo** - Secretária - Assinado com certificado digital ICP-Brasil.

Santa Barbara II Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 09.191.605/0001-81 - N.I.R.E. 35.221.923.038

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Quotistas

Data, Hora e Local: Em 28/12/2018, às 08h20min, na sede da empresa em Barretos (SP). **Presença:** A totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **Mesa:** Presidente: Mauro Rocha Bastazin e Secretária: Sylvania Gemha Bianco de Azevedo. **Ordem do Dia/Deliberação:** Com fundamento no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, as sócias quotistas deliberaram, por unanimidade, reduzir o capital social da Sociedade em R\$ 79.000,00, passando o mesmo dos atuais R\$ 80.000,00 para R\$ 1.000,00, com o cancelamento de 79.000, quotas, correspondentes ao valor do capital social reduzido. A redução do capital social será feita, com a expressa anuência da sócia **HM Participações e Representações Ltda.**, mediante a restituição do valor de R\$ 79.000,00, à sócia **HM Engenharia e Construções S.A.**, correspondente ao valor das 79.000 quotas de sua titularidade, inscritas, integralizadas e ora canceladas. Tendo em vista a deliberação tomada acima, o "caput" da **Cláusula 5ª** e seus **itens (i) e (ii)**, do Contrato Social da Sociedade, passam a vigorar com as seguintes novas redações, permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais: "**Cláusula 5ª** - O capital da Sociedade é de atuais R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas, inscritas e totalmente integralizadas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: (i) **HM Engenharia e Construções S.A.** possui 999 quotas, no valor total de R\$ 999,00; e (ii) **HM Participações e Representações Ltda.** possui 01 quota, no valor de R\$ 1,00." Nada mais. Campinas (SP), 28/12/2018. **Mesa Dirigente: Mauro Rocha Bastazin** - Presidente - Assinado com certificado digital ICP-Brasil; **Sylvania Gemha Bianco de Azevedo** - Secretária - Assinado com certificado digital ICP-Brasil.

HM 28 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 10.421.671/0001-80 - NIRE 35.222.773.820

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Quotistas

Data, Hora e Local: Em 28/12/2018, às 10h40min, na sede da empresa em Barretos (SP). **Presença:** A totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **Mesa:** Presidente: Mauro Rocha Bastazin e Secretária: Sylvania Gemha Bianco de Azevedo. **Ordem do Dia/Deliberação:** Com fundamento no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, as sócias quotistas deliberaram, por unanimidade, reduzir o capital social da Sociedade em R\$ 16.912.017,00, passando o mesmo dos atuais R\$ 17.912.017,00 para R\$ 1.000.000,00, com o cancelamento de 16.912.017, quotas, correspondentes ao valor do capital social reduzido. A redução do capital social será feita, com a expressa anuência da sócia **HM Participações e Representações Ltda.**, mediante a restituição do valor de R\$ 16.912.017,00, à sócia **HM Engenharia e Construções S.A.**, correspondente ao valor das 16.912.017 quotas de sua titularidade, inscritas, integralizadas e ora canceladas. 1. Tendo em vista a deliberação tomada acima, o "caput" da **Cláusula 5ª** e seus **itens (i) e (ii)**, do Contrato Social da Sociedade, passam a vigorar com as seguintes novas redações, permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais: "**Cláusula 5ª** - O capital da Sociedade é de atuais R\$ 1.000.000,00, dividido em 1.000.000 quotas, inscritas e totalmente integralizadas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: (i) **HM Engenharia e Construções S.A.** possui 999.999 quotas, no valor total de R\$ 999.999,00; e (ii) **HM Participações e Representações Ltda.** possui 01 quota, no valor de R\$ 1,00." Nada mais. Campinas, 28 de dezembro de 2018. **Mesa Dirigente: Mauro Rocha Bastazin** - Presidente - Assinado com certificado digital ICP-Brasil; **Sylvania Gemha Bianco de Azevedo** - Secretária - Assinado com certificado digital ICP-Brasil.